



Depois de 20 meses de atividades, Ulysses Guimarães promulga a nova Constituição. A histórica sessão solene do Congresso foi marcada por fortes discursos e momentos de emoção. À mesa, aparecem, dentre outros, o então senador Mauro Benevides e o presidente da República, José Sarney

Constituição faz 20 anos e o Brasil vai às urnas

Eram 15h50 de 5 de outubro de 1988 quando Ulysses Guimarães concluiu um trabalho que tinha como objetivo recolocar o Brasil no caminho democrático. "Declaro promulgada. O documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social do Brasil. Que Deus nos ajude para que isso se cumpra." Vinte anos depois, em clima de liberdade, mais de 130 milhões de brasileiros vão às urnas. **4**

TCU vê irregularidade em 31,2% das obras federais

Dos 153 empreendimentos examinados, 48 apresentam problemas que justificam bloqueio dos recursos, segundo o TCU. **3**

Comissão discute novas tecnologias para pré-sal

Audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, na quarta-feira, debate a prospecção de petróleo e gás. **3**

Cristovam defende candidatos pró-educação

Senador pede aos 130 milhões de eleitores que votem em candidatos comprometidos com educação das crianças. **2**

Senador afirma ter observado, durante a campanha deste ano, que o Brasil vive um "caos partidário", em razão das coligações eleitorais, e que os partidos estão falidos

Cristovam: exija de candidato compromisso com as crianças

CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) pediu aos 130 milhões de eleitores que vão às urnas no domingo que votem com "confiança", escolhendo candidatos comprometidos com a educação das crianças no ensino fundamental e com a proteção das mantidas em creches.

O senador destacou a importância das eleições municipais e lembrou que a população será responsável pela escolha dos futuros líderes do país "porque é de vereador que se vem, é de prefeito que se vem, até se chegar aos níveis superiores da liderança nacional".

– No Brasil, são os prefeitos, são as câmaras municipais, é o governo local que cuida do ensino fundamental, que cuida, onde há, das creches. Onde não há creche, são eles que cuidam do apoio às mães que têm filhos. Por isso, a eleição do dia 5 tem uma importância muito maior do que a maior parte dos eleitores percebe – disse.

Os brasileiros devem analisar o passado dos candidatos e observar se as propostas apresentadas por eles são "coerentes", assinalou o senador pelo Distrito



Conheça o passado antes de votar, diz Cristovam

Federal, destacando que serão eleitos 52.137 vereadores e 563 prefeitos em todo o Brasil.

– Há candidatos que já o enganam quando olham para você, e dá para perceber, e outros até que passam uma idéia incompatível com o passado. Logo, não vale a pena confiar.

Cristovam explicou que nos últimos dias rodou boa parte do país em campanha, quando pôde observar que o Brasil vive um "caos partidário", em razão das coligações eleitorais, e que os partidos estão falidos.

– Eu fiz campanha para os

mais diversos partidos e números coligados com o meu. Eu fiz campanha vendo juntas no mesmo palanque pessoas que até pouco tempo atrás eram adversárias e vão continuar sendo daqui a pouco, como se os partidos tivessem se transformado em clubes eleitorais de acordo com a conveniência do momento. Eu vi a falência dos partidos nesse processo eleitoral – afirmou.

Na hora de votar, segundo o senador, é importante ainda que o eleitor "não fique só no presente e em si próprio", mas que

paute a escolha dos candidatos com base em perspectivas que favoreçam o total da comunidade, sobretudo as crianças.

– Tanto o futuro como a cidade dependem das crianças. E é na escola que as crianças e o futuro se encontram. A escola é uma espécie de esquina onde a criança – a pessoa – e o futuro – um projeto – se encontram. É ali que ela adquire os instrumentos necessários para servir a ela própria, no seu futuro, e se colocar à disposição da sociedade no futuro da sua cidade – assinalou Cristovam Buarque.

Projeto permite prisão de eleitor por crime grave

Eleitores que cometerem crimes hediondos, a exemplo de latrocínio (roubo seguido de morte) ou crimes dolosos inafiançáveis contra a vida poderão ser presos também nos cinco dias anteriores e até 48 horas após o encerramento das eleições.

É o que determina projeto de lei (PLS 290/06) de Serys Silhessarenko (PT-MT) que está pronto para ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa. Em ambos os casos, as prisões dependerão de ordem judicial. O voto do relator, Antô-



Serys é autora da proposta, que tramita na CCJ

nio Carlos Valadares (PSB-SE), é favorável à matéria.

De acordo com o Código Eleitoral (Lei 4.737/65), só podem ser presos, naqueles prazos estipulados, os eleitores que cometerem crimes em flagrante delito; em

virtude de sentença penal condenatória por crime inafiançável; ou por desrespeito a salvo-conduto. A senadora argumenta que a limitação foi criada com o objetivo de evitar que as autoridades judiciais determinassem prisões a partir de denúncias motivadas por perseguição política.

– A medida proposta evitará que autores de crimes graves permaneçam livres durante o período eleitoral, o que poderia ensejar a prática de outros crimes ou até mesmo a fuga de criminosos – argumentou Serys.

Comissão debate desempenho do Brasil nas Olimpíadas de Pequim

O desempenho aquém do esperado da delegação brasileira nos Jogos Olímpicos de Pequim será tema de duas audiências públicas na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), requeridas por Renato Casagrande (PSB-ES), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

A primeira audiência, que provavelmente será em 14 de outubro, deve contar com a presença da ex-jogadora de basquete Maria Paula Gonçalves (Magic Paula), que foi secretária nacional de Esporte de Alto Rendimento; do empresário, velejador e também ex-secretário Lars Graell; e do jornalista José Cruz, do jornal *Correio Braziliense*. A data da segunda audiência ainda não foi marcada.

Em seu requerimento, Casagrande ressalta o "forte deba-

te" promovido pela imprensa especializada, logo após os Jogos de Pequim, a respeito da "efetividade das políticas públicas hoje desenvolvidas no âmbito do desporto". Já Marisa e Zambiasi observam que o governo chegou a investir aproximadamente R\$ 1,2 bilhão no esporte nacional durante os últimos sete anos e, apesar disso, o Brasil regrediu no quadro geral de medalhas, da 16ª para a 23ª posição, em relação à Olimpíada anterior.

"O resultado mostra que o desempenho dos atletas não depende só de recursos, mas também de uma política desportiva pública. É preciso definir onde entra o município, onde entra o estado, onde entra a União, e o papel do Comitê Olímpico Brasileiro", sugerem Marisa Serrano e Sérgio Zambiasi.



Com a proximidade do Dia da Criança, o Senado está promovendo a campanha "A sua atitude vai fazer a diferença". O objetivo é motivar servidores, terceirizados e estagiários da Casa a dedicarem tempo e fazerem doações que serão entregues, nos dias 9 e 10 de outubro, a instituições que

abrigam crianças carentes no Distrito Federal.

A iniciativa também garantirá aos beneficiados consultas dentárias e apresentações teatrais promovidas por servidores. As doações podem ser feitas até 6 de outubro. Os funcionários que queiram participar das visitas podem ligar para 3311-1992.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão, às 9h, é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Gim Argello

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Félix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Relatório encaminhado ao Congresso Nacional recomenda bloqueio dos recursos para 48 dos 153 empreendimentos examinados por tribunal

Irregularidades atingem 31,2% das obras, diz TCU

O TRIBUNAL DE Contas da União (TCU) apontou irregularidades graves em 31,2% das obras auditadas que constam de relatório que acaba de ser encaminhado ao Congresso Nacional. Dos 153 empreendimentos examinados, 48 apresentam problemas que justificam o bloqueio dos recursos, como o superfaturamento dos valores. No relatório produzido no ano passado, a proporção foi levemente superior: das 231 obras investigadas, 77 estavam em situação suspeita (33,3%).

Agora, o relatório será analisado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). Com a aprovação, o documento passará a fazer parte do projeto do Orçamento de 2009, como um de seus anexos. Com a chancela final do Congresso à proposta orçamentária, as obras com irregularidades deixam de receber recursos até o momento em que os vícios forem sanados.

Os 153 empreendimentos

examinados este ano estão orçados em R\$ 26,3 bilhões. Desse total, as 48 obras com indícios de irregularidade absorvem R\$ 3 bilhões. Essas são as que o TCU julgou prudente recomendar a paralisação. Entre os problemas detectados, estão ainda sobrepreço e projetos deficientes ou mesmo inexistentes. As irregularidades foram identificadas em processos de licitações e em contratos já em execução – nos dois casos com alterações indevidas nos projetos e em suas especificações.

No ano passado, depois de aprovado na CMO, o relatório manteve apenas 54 dos 77 empreendimentos sob suspeita. Algumas obras tiveram suas irregularidades sanadas e, por isso, saíram do anexo. Outras foram retiradas, no entanto, depois que os parlamentares e o órgão de controle ficaram convencidos de que os problemas detectados não justificavam a paralisação.

Obras com irregularidades deixam de receber recursos até que vícios sejam sanados

Formalidades

O deputado Eduardo Valverde (PT-RO), coordenador do comitê da CMO que examinou o relatório no ano passado, explicou que alguns problemas não passavam de irregularidades formais, sem relevância para justificar o bloqueio das verbas. Outras vezes, as obras haviam sido auditadas com base em planilha de custos inadequada para o tipo de serviço previsto.

Como exemplo, o deputado observou que pistas de aeroportos não podem ser avaliadas com os mesmos critérios de pistas de rodovias, pois os padrões técnicos são muito diferentes. No entanto, ele disse que as auditorias vêm sendo feitas com base em planilha de obras rodoviárias do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit).

No relatório deste ano, por coincidência, o TCU identificou sinais de irregularidade em quatro obras da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) – a maior proporção entre os órgãos auditados. Ficam sob risco de paralisação,

entre outros, o projeto do terceiro terminal do Aeroporto de Cumbica, em Guarulhos, e a reforma das pistas, pátio e terminal do Santos Dumont, no Rio de Janeiro.

Como vem acontecendo nos últimos anos, em números absolutos, as obras de transportes e recursos hídricos apresentaram os maiores indícios de irregularidades graves. O Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes lidera a lista, com 20 obras, seguido pelo Ministério da Integração Nacional, com oito.

Conselho

Valverde recomenda a seu sucessor no Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, o deputado Wellington Fagundes (PR-MT), que comece a se reunir com representantes do Tribunal de Contas da União e do Ministério do Planejamento

para avaliar a situação de cada obra do relatório. Como no ano passado, ele acredita que algumas delas possam sair da lista antes da votação do projeto do Orçamento de 2009 na CMO.

O TCU produz o relatório para atender previsão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Enquanto muitos empreendimentos acabam saindo do anexo, antes da votação

de cada orçamento anual ou ao longo do ano, depois da correção dos vícios, outros acabam se transformando em itens permanentes dessa lista negra. É o caso das obras do Hospital Municipal de Cacoal (RO), suspensas desde 1996, com quase todos os tipos de irregularidade. Mais de 60% das obras estão prontas, mas o padrão do projeto e a má qualidade das obras tornam o empreendimento inadequado para cumprir as funções de hospital, de acordo com Valverde.

Maiores problemas ocorrem nos setores de transporte e recursos hídricos

Audiência na CCT discute tecnologias para buscar petróleo no pré-sal

Em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), na quarta-feira, os senadores vão discutir as novas tecnologias de prospecção de petróleo e gás na camada pré-sal. A iniciativa para o debate foi de Gim Argello (PTB-DF) e recebeu o apoio do presidente da comissão, Wellington Salgado (PMDB-MG), e de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Foram convidados para a audiência o secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Rodrigues; o gerente-executivo do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobras, Carlos Tadeu da Costa Fraga; e o secretário de Energia e Assuntos Internacionais do estado do Rio Grande do Norte, Jean-Paul Terra Prates.

Também participarão da discussão o presidente da Marítima Petróleo e Engenharia, German



Gim Argello (à dir., presidindo reunião da CCT) diz que exploração na camada pré-sal exige modificações em tecnologia

Efromovich; o presidente da OGX Petróleo e Gás, Rodolfo Landim; o superintendente de Tecnologia da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip), Aloísio Nóbrega; e o representante da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), João Victor Campos.

Relevância

Na justificativa do requerimento para a realização da

audiência, Gim Argello disse considerar de "alta relevância" a discussão do assunto. O senador observa que o potencial da camada pré-sal exigirá modificações no processo de contratação de plataformas da Petrobras, que já busca, conforme o senador, desenvolver tecnologia para construir plataformas capazes de extrair mais petróleo em menos tempo.

O pré-sal, explicou o senador,

é constituído de camadas de sal com 200 quilômetros de largura e 800 quilômetros de extensão, localizadas no litoral brasileiro desde o Espírito Santo até Santa Catarina. Sob as camadas de pré-sal da Bacia de Santos, registrou Argello, a Petrobras já encontrou nove reservas de petróleo e intensificou, a partir do primeiro semestre deste ano, as buscas por outras reservas de petróleo e gás.

Ainda de acordo com o senador, caso sejam confirmadas as previsões preliminares sobre depósitos do produto na camada pré-sal do litoral brasileiro, o Brasil aumentará as reservas dos atuais 14,4 bilhões de barris de óleo para entre 70 e 107 bilhões de barris de óleo. Com isso, ressaltou Gim Argello, o Brasil ficará mais bem colocado no ranking dos países com as maiores reservas de óleo e gás no mundo, conforme previsão do presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli.

Gim Argello, com base em informações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, afirmou que a Petrobras está perfurando seis poços exploratórios visando atingir reservatórios abaixo dos 6 mil metros de profundidade.

A audiência pública está marcada para as 9h de quarta-feira, na sala 19 da Ala Alexandre Costa.

Produção de etanol não ameaça Amazônia, afirma consultor legislativo



Távora e Marco José Mendes, diretor do centro de estudos da Consultoria

No seminário "Viabilidade econômica da segunda geração de biocombustíveis: uma simulação para o caso do Brasil", realizado ontem pela Consultoria Legislativa do Senado, o consultor Fernando Lagares Távora afirmou que um dos grandes desafios em relação à produção de biocombustíveis no Brasil é mostrar ao mundo que essa indústria não representa ameaça para a Amazônia. Isso porque aspectos climáticos da região, como a quantidade de chuvas, não são adequados à produção da cana-de-açúcar,

materia-prima do etanol brasileiro.

Segundo o consultor, há ainda outros desafios para a produção de biocombustíveis: buscar novos mercados para vender o produto e encontrar formas de competir com os subsídios oferecidos por outros países para essa indústria.

Em relação à segurança alimentar, Távora reconheceu que se trata de um problema que deve ser levado em consideração, uma vez que a produção de biocombustíveis pode influir no tamanho da área destinada

à produção de alimentos.

Ao longo da manhã, os consultores travaram um debate técnico sobre a indústria do etanol, as técnicas e os preços do produto. Esse seminário faz parte de uma série de eventos promovidos pela Consultoria Legislativa com o objetivo de avaliar em profundidade assuntos de interesse da Casa. Já foram abordados em outros seminários, por exemplo, temas como a distribuição de medicamentos, a racionalização do uso de eletricidade e os precatórios.

Carta promulgada no dia 5 de outubro de 1988 pela Assembléia Nacional Constituinte recolocou o Brasil no caminho do regime democrático

Constituição brasileira faz 20 anos neste domingo

“DECLARO PROMULGADA. O documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social do Brasil. Que Deus nos ajude para que isso se cumpra!”

Com essa frase, proferida às 15h50 do dia 5 de outubro de 1988, o presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, promulgou a Constituição da República Federativa do Brasil, concluindo um trabalho de 20 meses iniciado em fevereiro do ano anterior. Ao todo, foram analisadas 61.020 emendas apresentadas ao texto. Um exaustivo e fundamental trabalho que tinha como objetivo recolocar o Brasil no caminho democrático.

Por feliz coincidência, no mesmo dia em que o país celebra as duas décadas desse evento histórico, a população brasileira vai exercer um dos mais importantes direitos garantidos pela Constituição de 1988: o de escolher livremente seus governantes. Neste domingo, em todos os municípios do país, mais de 130 milhões de eleitores escolherão 5.564 prefeitos e 51.748 vereadores.

– Sem a nova Constituição, o Brasil hoje não estaria respirando o ar saudável das liberdades públicas e civis, enfim restauradas, já que a longa era de autoritarismo e a prolongada fase de transição que lhe sucedeu receberam, então, o selo que as qualifica como etapas históricas superadas, para a formação de nossa cidadania – disse à Agência Senado o ex-deputado Bernardo Cabral, relator-geral na Constituinte de 1988.

Diferentemente do que ocor-



Ulysses comemora promulgação da nova Carta

reu em outros momentos importantes da história brasileira, o processo de elaboração da Carta de 1988 contou com grande participação popular. Os parlamentares constituintes, eleitos por voto direto, receberam 122 emendas populares, das quais algumas foram apresentadas com mais de um milhão de assinaturas de apoio. Representantes dos subscritores dessas emendas puderam defendê-las na tribuna da Constituinte.

Alterações

Os próprios constituintes reconheceram, já em 1988, que a Constituição que entrou em vigor há 20 anos não é perfeita. Tanto é que, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estava prevista a realização de uma Revisão Constitucional no prazo de cinco anos. A revisão ocorreu em 1993 e aprovou apenas seis modificações. Isso não significa que a Constituição não demandasse modificações:

em 20 anos, outras 56 emendas ao texto foram aprovadas.

Muitos dos constituintes ainda hoje entendem que são necessárias novas mudanças. O senador Marco Maciel (DEM-PE), constituinte de 1988, disse, em palestra no dia 11 de setembro, no 2º Seminário Internacional Estudos sobre o Legislativo – 20 anos da Constituição Brasileira, que é necessário fazer a reforma, mudando o sistema eleitoral e fortalecendo os partidos políticos.

O senador José Sarney (PMDB-AP), presidente da República em 1988 e responsável pela convocação da Constituinte

em 1985, é um dos críticos da Constituição – tanto na época como hoje. Sarney disse à Agência Senado que o atendimento de várias reivindicações corporativas tornaram o país ingovernável, “com um desbalanço entre seu poder e seu dever”.

No dia 4 de outubro de 1988, apenas um dia antes da promulgação da Carta, Sarney ocupou cadeia nacional de rádio e televisão para saudar a conclusão dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e assegurar sua lealdade ao texto que seria promulgado.

– Eu a critiquei, mas sempre com espírito público, na fase de elaboração. Amanhã, ela será lei. Serei o seu maior servidor. Eu a convoquei. Serei o primeiro a jurá-la. Lutarei pelo seu êxito... E desejo que a nova Constituição assegure ao Brasil anos de paz, de avanços, de prosperidade, de compreensão e de senso do dever – disse o então presidente da República.

Fim da transição entre a ditadura e a democracia

A histórica sessão solene do Congresso Nacional em que foi promulgada a atual Constituição foi marcada por fortes discursos e por momentos de emoção. Quando a cerimônia foi encerrada, pouco depois das 17h, o país havia concluído a transição entre a ditadura e a democracia e começava a viver um novo período histórico.

Vale lembrar que no dia 5 de outubro o país viveu uma situação inusitada: até as 15h50 daquele dia, o Estado e a sociedade foram regidos por uma Constituição e, daquele momento em diante, por outra. Assim, os pais brasileiros, por exemplo, passaram a ter direito à licença-paternidade e a polícia não pôde mais realizar operações de busca e apreensão sem autorização judicial.

Aquele 5 de outubro amanheceu chuvoso, o que atrapalhou as celebrações preparadas para comemorar a promulgação e acabou desestimulando a parti-

cipação popular nos eventos. O culto ecumênico concelebrado pelo então cardeal arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, e pelo pastor Geziel Gomes, da Assembléia de Deus, marcado para as 9h da manhã, ocorreu no Salão Negro do Congresso e não no gramado da Esplanada dos Ministérios.

À tarde, os presidentes da Constituinte, Ulysses Guimarães, da República, José Sarney, e do Supremo Tribunal Federal (STF), Rafael Mayer, encontraram-se na rampa do Congresso e passaram em revista as tropas, sendo saudados por uma salva de tiros de canhão.

Além dos constituintes, estiveram presentes à sessão parlamentares estrangeiros, embaixadores, integrantes do governo, militares, representantes de instituições religiosas e outros convidados. Logo depois da execução do Hino Nacional, Ulysses assinou os exemplares originais da Constituição, usan-

do caneta que lhe havia sido presenteada por funcionários da Câmara em 1987.

Depois que o presidente da Constituinte declarou promulgada a nova Carta, os constituintes e os presidentes da República e do STF juraram “manter, defender, cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”. Emocionado, o então presidente José Sarney tinha a mão trêmula ao pronunciar seu juramento.

Na sessão histórica, houve apenas três discursos. O primeiro, do senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização. Antes da instalação da Constituinte, Arinos liderara uma comissão de notáveis que fora designada por Sarney para apresentar um anteprojeto para a nova Constituição – que acabou não sendo formalmente encaminhado ao Congresso.



Funcionárias da Constituinte recebem formulários com sugestões

Constituintes também ouviram as sugestões da população

A população enviou, entre 1986 e 1987, 72.719 formulários com sugestões aos parlamentares constituintes para que seus desejos e aspirações se fizessem presentes no texto da Constituição, aprovada em outubro de 1988, há 20 anos. Algumas sugestões foram aceitas.

– Talvez a mais importante sugestão popular aproveitada na Constituição, pela sua dimensão e significado, foi a criação do Sistema Único de Saúde [SUS] – afirmou o senador José Maranhão (PMDB-PB), à época deputado constituinte.

Essas cartas hoje integram um banco de dados chamado Sistema de Apoio Informático à Constituinte (Saic), que pode ser acessado pelo site do Senado (www.senado.gov.br/legislacao/baseshist). Os originais estão arquivados na Câmara.

– A participação do povo foi uma idéia formidável – frisou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), um dos políticos que mais recebeu cartas à época, apesar de não ter sido constituinte, mas, sim, candidato ao governo de São Paulo. O mesmo aconteceu com Alvaro Dias (PSDB-PR), que era candidato ao governo do Paraná em 1986.

O professor da Universidade de Paris/Sorbonne, Stéphane Monclair, coordenador do estudo que resultou no livro *A Constituição Desejada*, com a análise sociológica desses milha-

res de cartas, diz na publicação que o Saic é “um marco histórico na vida política e jurídica do país”. Entretanto, registrou, a contribuição popular foi um tanto relegada pela maioria dos constituintes à época. Além dos formulários, a participação da população ficou patente na realização de quase 200 audiências públicas e apresentação de 122 emendas populares.

Atuais

A maioria dos pedidos soa atual: garantia de pleno emprego; acesso à aposentadoria; reforma agrária e diminuição das taxas de juros. Muitos acabaram estabelecidos posteriormente, como a licença-maternidade de 120 dias, regulamentada pela Portaria 4.883/98 – e estendida opcionalmente para 180 dias este ano, de acordo com a Lei 11.770, do Programa Empresa Cidadã. Algumas cartas sugeriam a adoção do Sistema Parlamentarista no Brasil – opção rejeitada após o Plebiscito de 1993.

Outras sugestões da população estão expressas na Carta Magna, como a iniciativa popular de projetos de lei (art. 14, III); a proibição do comércio de sangue (art. 199, § 4º); o piso salarial para o magistério público (art. 206, V) e a destinação de verbas públicas exclusivamente às escolas públicas e excepcionalmente às não-lucrativas, como as filantrópicas (art. 213).

“Compromisso radical com o moderno conceito de cidadania”



Barbosa considera medida provisória em desacordo com a atualidade

O caráter determinante da Constituição de 1988, dentre as singularidades que a distinguem de todas as anteriores, é o fato de ela ter um compromisso radical com o moderno conceito de cidadania, segundo o consultor legislativo do Senado e professor da Universidade de Brasília (UnB), Antônio José Barbosa.

“Ainda que a participação de diferentes segmentos da socie-

dade não tenha se dado de forma direta – afinal de contas, a elaboração do texto final coube aos parlamentares constituintes –, a pressão desses grupos para defender seus interesses conferiu caráter minucioso à Constituição”, afirma o consultor.

Para Barbosa, havia, à época, a necessidade predominante, na sociedade, de participação política, e as campanhas pela anistia política e as Diretas Já comprovavam esse clima.

Entre os aspectos da Constituição de 1988 que considera em desacordo com a realidade atual, o consultor cita o instituto da medida provisória (MP). Antônio Barbosa lembra que a introdução desse instrumento no texto constitucional se justificava, à época, pela sensação, entre as principais lideranças da Constituinte, de que o Brasil se tornaria parlamentarista, o que não ocorreu.